***Seminário realizado em Brasília aponta que setor pode apoiar na criação de mecanismos que diminuam riscos de desastres em municípios brasileiros e países do Mercosul***

Discutir o papel das empresas seguradoras como ponte de apoio às cidades brasileiras e da região do Mercosul, ser uma forma de reduzir riscos e implementar políticas públicas que garantam o acesso a recursos, além de prevenir perdas, em relação a acidentes climáticos.

Esse foi o tema do seminário “O papel do setor de seguros no enfrentamento à emergência climática - tendências, riscos e oportunidades”, realizado de forma inédita pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) em parceria com o Ministério de Meio Ambiente e Mudança Climática em Brasília, no dia 19 de outubro.

**Para a diretora Sustentabilidade da CNseg, a chave é compartilhar conhecimento**

A diretora Sustentabilidade da CNseg, Ana Paula de Almeida Santos, ressaltou, durante o evento, que o ineditismo das discussões sobre o tema deve gerar mais oportunidades de negócios em face a crise climática.

“***As seguradoras e demais atores públicos e a sociedade civil, ao dividir conhecimentos técnicos e análise para modelagens de risco poderão auxiliar a sociedade na construção de políticas públicas e agendas de aprimoramento para enfrentar as problemáticas trazidas por acidentes ambientais***”.

Conheça o site da CNseg

**Segundo o diretor de política climática do MMA, o diálogo entre diferentes esferas é fundamental**

Um dos temas que fomentaram a idealização do encontro foi o importante papel do Brasil para o enfrentamento das mudanças climáticas, principalmente direcionando à atuação do país na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30).

A COP 30 é uma reunião global onde líderes de diferentes países discutem como enfrentar as mudanças climáticas e tentam encontrar soluções para reduzir a poluição e proteger o planeta. A próxima edição, que será em Belém do Pará, acontecerá em novembro de 2025.

O diretor de política climática do MMA, Aloísio Melo, entende que o diálogo interfederativo é fundamental e o para preencher lacunas de serviços e fomentar oportunidades para agir nas adversidades ambientais.

Ou seja, é fundamental a colaboração e cooperação entre diferentes esferas de governo, como o governo federal, estadual e municipal.

Melo destaca que as seguradoras e outros espaços, também dentro do governo, devem conversar e estruturar, junto a membros de outros países do Mercosul, no auxílio de um compromisso regional e global para adaptar atividades que possam validar políticas públicas para o tema.

Visite o site do Ministério de Meio Ambiente e Mudança Climática

**De acordo com o coordenador-geral de supervisão de seguros da Susep, a palavra principal é resiliência.**

Segundo o coordenador-geral de supervisão de seguros da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Paulo Miller, o setor é um grande ator para o combate das adversidades climáticas.

Para ele, a palavra principal e objetivo do seguro é a resiliência, a capacidade de superar obstáculos.

“***O setor é um indutor de boas práticas, zelando para que todos envolvidos possam reduzir eventuais eventos climáticos pode auxiliar o poder público e os gestores públicos, principalmente, que durante acidentes climáticos têm dificuldade financeiras e podendo criar mecanismos para minimizar prejuízos***”.

Explore o site da Susep

**Brasil, Argentina e Uruguai: o importante é o diálogo**

Integrantes dos governos do Brasil, Argentina e Uruguai também ressaltaram a iniciativa de incluir esse debate na agenda regional, e dessa forma, dialogar para criação de formatos que possam influenciar nas políticas públicas para redução de riscos diante de desastres ambientais.

As equipes dos ministérios do meio ambiente dos três países sintetizaram, no âmbito de eventuais acidentes climáticos, a importância de dialogar com especialistas do setor de seguros na elaboração de mecanismos e ferramentas de seguridade social e financeira, que sobretudo possam auxiliar pessoas e empresas de localidades de maior risco ambiental.

**Fonte**: CNseg, em 19.10.2023